

Banco privado com rede eletrônica nacional.

O País já tem programa econômico consistente e compreensível

Igor Cornelsen *

Finalmente, desde o final de setembro o Brasil tem um programa econômico consistente e compreensível. O Banco Central desvalorizou o cruzeiro, acabou com a farsa do câmbio livre quando não há livre acesso, acabou com o paralelo barato por intervenção sempre vendedora do Banco Central, colocou a taxa dos juros acima da expectativa dos mais pessimistas com respeito à inflação futura e procura acertar os últimos detalhes de um programa econômico monitorado pelo FMI.



Por outro lado, o ajuste fiscal está andando com o consistente aumento de tarifas do setor público, a fim de colocá-las a nível internacional e com o aumento dos impostos dos bens supérfluos e a desindexação dos salários mais altos.

O Executivo mandou propostas de reforma da Constituição e de reforma fiscal ao Congresso que, apesar de não serem ainda tão profundas quanto a crise exige, demonstram sua vontade de mudar. Mesmo que estas não sejam aprovadas pelo Congresso, existem alternativas substitutivas, tais como acelerar a atualização das tarifas públicas, com a manutenção da desindexação salarial, e tributar os combustíveis líquidos ao mesmo nível da Europa Ocidental; ambas têm forte impacto inflacionário a curto prazo, mas estabilizadoras num futuro próximo e substituiriam a demagogia do Congresso, porém com menos eficiência.

A privatização avança, apesar de tentarem usar a Justiça para fazer política, felizmente evitada pelos Tribunais de Brasília. Continua a liberação dos preços, ambiente necessário para que aumente a oferta de bens e serviços, outro fator de estabilização econômica.

A inflação subiu, mas não poderia ser diferente, pois ela estava sendo represada burocraticamente por pacotes, controles e congelamentos. Claramente havia uma maior massa salarial do que produtos e serviços para se-

rem comprados e o único caminho era a liberdade de mercado. Como bem definiu o ex-ministro Bresser Pereira, estamos indo para uma economia de mercado. Resta saber se de forma ordenada ou de forma atabalhoada.

O caminho começa a ficar claro. A economia do "controlezinho", onde tudo se resolve burocraticamente em Brasília, está no fim (exemplo esdrúxulo é o do episódio da Zona Franca de Manaus; onde o lucro do setor automotivo brasileiro não está sendo decidido em função de quem produz o melhor carro e pelo menor custo, mas quem consegue os maiores benefícios fiscais num mercado não competitivo. Na Alemanha, nos EUA e no Japão, só tem sucesso quem produz o melhor, pelo menor custo, por isso é que eles são ricos e nós pobres).

Existe ainda um longo percurso de desregulamentação de redução de barreiras tarifárias para ser percorrido, visando melhorar a oferta de bens e serviços e tornar o mercado mais competitivo. Precisamos ainda retirar todos esses impostos indiretos que incidem sobre a mão-de-obra e os bens intermediários, que tornam as exportações pouco competitivas. A mão-de-obra, que é superabundante, tornou-se fator de produção a ser evitado, infelizmente.

Esperamos ainda que os operários de São Paulo e do Vale do Paraíba aprendam que grevismo e quebra-quebra nas empresas não aumentam salários e sim fazem as empresas emigrarem desses lugares, levando consigo empregos (vide Ford e Brastemp).

O Brasil tem conserto sim e parece finalmente estar caminhando para os trilhos. Mantida a atual política econômica teremos, sem dúvida, a curto prazo, mais recessão e desemprego (seriam muito menores se o Congresso fizesse o que deveria com respeito à reforma da Constituição e a reforma fiscal) e ainda inflação muito alta nos próximos meses.

Mas ousar dizer que a inflação vai cair sim, se os salários não forem reindexados e a lei salarial cumprida.

O fim do ano será muito difícil, mas em janeiro a luz no fim do túnel começará a ser mais visível e a inflação vai cair, para espanto de todos nós.

* Diretor do Chartered West LB Limited.

27 NOV 1991

GAZETA MERCANTIL